
Por que epistemologias feministas?

Ilze Zirbel
Débora Aymoré
Dilnéia Couto

A conversa das editoras sobre a necessidade de fomentar a pesquisa em epistemologia feminista no Brasil foi iniciada no curso de curta duração “A formação de uma filosofia feminista” ministrado pela professora Dra. Ilze Zirbel na Universidade Federal do Paraná (UFPR), nos dias 05 e 06 de outubro de 2019, a convite do Núcleo de Estudos da Cultura Técnica e Científica – NECTEC/UFPR. No mesmo período, Dr. Pablo Rubén Mariconda ministrou o curso “Modelo da interação entre as atividades científicas e os valores”, nos dias 13 e 14 de novembro de 2019. Estes professores representaram a epistemologia, respectivamente, a partir do feminismo e da ciência e da tecnologia.

Assim, uma justificativa para este dossiê de epistemologias feministas pode ser identificada na busca por alternativas, nos âmbitos teórico e prático, daquilo que poderíamos denominar “epistemologias plurais”. Esta expressão, no entanto, não é a única que representa alternativas no contexto brasileiro. Há que se recordar da exitosa coleção “Feminismos Plurais”¹, coordenado por Djamila Ribeiro, que contribui de modo decisivo para o fomento de um novo vocabulário, que nos permite comunicar a experiência das mulheres, dos homens e de todos que, direta e indiretamente, são afetados pelo patriarcado, que marca nossos modos de pensar, de sentir e de agir.

Porém, se esta justificativa para o dossiê sobre epistemologias feministas parecer demasiadamente abstrata por manter-se no nível da linguagem, outra justificativa pode emergir a partir de uma breve pesquisa na Plataforma Sucupira em que, nas áreas de conhecimento das ciências humanas, a Filosofia apresenta: História da Filosofia, Metafísica, Lógica, Ética, Epistemologia e Filosofia Brasileira. Há que se questionar, assim, o motivo de associarmos epistemologia ao feminismo, e, ademais, utilizando tais termos no plural.

Embora a epistemologia esteja profundamente engajada na investigação da produção do conhecimento por intermédio dos métodos diversos, visando à produção de conhecimento objetivo, o estudo filosófico demonstra que os campos de conhecimento envolvem também relações de poder, algo investigado pela Filosofia, pela Sociologia, entre outras áreas das ciências humanas e sociais.

No início da modernidade ocidental, alguns círculos de homens brancos e europeus começaram a delimitar o que poderia e deveria ser considerado um conhecimento válido. Munidos de certo status e poder político-econômico delimitaram, igualmente, quais sujeitos poderiam participar do processo de escolhas dos temas a serem pesquisados, dos métodos considerados mais objetivos, do tipo de raciocínio a ser usado, das perguntas a serem feitas e de quais vozes seriam ouvidas.

¹ A coleção “Feminismos Plurais” é estudada nos círculos feministas, porém destaque-se uma de suas muitas virtudes: fornecer um vocabulário essencial para todos os que queiram entender mais sobre aspectos do patriarcado e suas consequências na sociedade, como no caso das obras “O que é lugar de fala?” (Djamila Ribeiro, 2017), “O que é empoderamento?” (Joice Berth, 2018), “Interseccionalidade” (Carla Akotirene, 2020), “Racismo estrutural” (Silvio Almeida, 2021). Termos e expressões que passam a fazer parte do vocabulário acadêmico e cotidiano, auxiliando-nos no diagnóstico social e na busca de soluções aos problemas derivados do patriarcado. Para outras obras publicados na coleção, consultar: <https://editorajandaira.com.br/products/colecao-feminismos-plurais-12>

A ênfase na racionalidade, em detrimento de outras características centrais da espécie humana e de outras espécies, permitiu que uma racionalidade instrumental fosse estabelecida a serviço de um ideal de progresso. De igual forma, os ideais de objetividade, neutralidade e universalidade passaram a orientar as ciências naturais e sociais afetando também o campo da ética. O controle da natureza², enquanto valor social predominante, foi entendido como necessário e benéfico à humanidade, porém incluindo práticas de dominação e exploração desenfreadas. Tais práticas foram acompanhadas de exclusões de outros saberes, de outras experiências de vida alternativas às práticas de controle e dominação, excluindo outros povos, exercendo dominação sobre outras espécies e sobre a natureza, e, igualmente, sem levar em conta os pontos de vista das mulheres.

Uma narrativa dominante e dominadora tomou forma, indicando quais objetos e sujeitos deveriam ser considerados no campo da epistemologia e quais deveriam ficar de fora. Gradativamente, a história da produção do conhecimento tornou-se uma história da produção de exclusões e dominações, mesmo quando o discurso hegemônico anunciava o conhecimento como objetivo. Trata-se do patriarcado estruturando não apenas as relações sociais, como também os modos de pensar.

Dentre os grupos humanos excluídos da posição de sujeitos de conhecimento, além das mulheres, estão as populações negras e indígenas, habitantes de áreas consideradas periféricas em relação a espaços considerados centrais³, como a Europa e os EUA, e pessoas com deficiência. Por um lado, a estes grupos foi atribuída certa limitação ao acesso às faculdades racionais plenas, consideradas necessárias para que se atinjam valores cognitivos, tais como abstração, objetividade, universalização, capacidade lógica etc. Por outro lado, o discurso hegemônico parece desconsiderar o valor epistêmico de aspectos como intuição, narratividade, subjetividade, sensibilidade. Conhecer, ouvir e visibilizar as condições de vida dos excluídos histórica, social e epistemologicamente, pode ser colocado, assim, como um dos objetivos de uma epistemologia plural, que fomenta a diversidade, tal como no caso das epistemologias feministas.

É chegado o momento de questionar até que ponto o discurso hegemônico oriundo dos privilégios associados ao patriarcado é capaz de adquirir características plurais e diversas, pois a narrativa hegemônica passa a impressão de que sempre houve resistência às narrativas sobre os sujeitos, a natureza, o conhecimento produzido, suas fontes, suas maneiras de aquisição e justificativas. Com a estruturação dos estudos feministas, após séculos de lutas de mulheres para o acesso ao mundo "das letras" e seus estratos hierarquicamente mais elevados - as universidades -, as resistências e contranarrativas das mulheres passaram a ser registradas e defendidas em espaços até então dominados por homens brancos privilegiados. Como em todo encontro de perspectivas diversas, nem todo discurso é inclusivo, sensível à diversidade ou mesmo empático.

No debate feminista sobre epistemologia, importantes conceitos foram elaborados ou ressignificados para denunciar, simultaneamente, as práticas de exclusão e os sujeitos excluídos

² Sobre o "controle da natureza" e suas consequências para a epistemologia e para as práticas científicas e sociais contemporâneas, consultar as obras de Hugh Lacey "Is science value free? Values and scientific understanding" (1999), bem como "Values and objectivity in science: the current controversy about transgenic crops" (2005). Além disso, sobre a correlação entre valores, ciência, tecnologia e sociedade, as obras editadas pela Editora da Associação Filosófica Scientiae Studia na coleção "Filosofia da ciência e da tecnologia", apresenta nos dois volumes publicados da obra "Valores e atividades científicas", textos traduzidos para o português, permitindo o acesso e a difusão do "modelo da interação entre as atividades científicas e os valores" (Hugh Lacey & Pablo Rubén Mariconda, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/WzsbnD95vXNn9DYLdfyQdMB/?lang=pt&format=pdf>). Para mais detalhes, sobre a coleção "Filosofia da ciência e da tecnologia, consultar: <https://www.scientiaestudia.org.br/>

³ Neste particular, o livro "Valores e atividades científicas 3" (Lacey, *no prelo*), busca mostrar o potencial de outras epistemologias, capazes de fomentar os valores da justiça social, da participação democrática e da sustentabilidade ambiental.

pela epistemologia estabelecida. Este foi o caso dos conceitos de *androcentrismo*, *conhecimento situado* e *interseccionalidade*, para que se forneçam três exemplos de termos utilizados por autoras deste dossiê.

O androcentrismo⁴ - algo que podemos traduzir também como 'machocentrismo' em português - refere-se à prática (e à crença), consciente ou não, de representar o mundo através das experiências, valores e opiniões de homens⁵. Implica, igualmente, o silenciamento e a ausência das mulheres como uma norma a ser seguida, algo normativo. O conceito foi utilizado por feministas como Evelyn Fox Keller, Sandra Harding e Carol Gilligan, dentre outras⁶ para denunciar as lacunas, falsificações e generalizações abusivas no campo da produção de conhecimento, decorrentes da valorização dos padrões de vida, práticas e formas de pensar masculinas em detrimento das femininas.

O conceito feminista de "conhecimento situado"⁷, por sua vez, foi elaborado no início da década de 1980 e utilizado por pesquisadoras como Lorraine Code e Sandra Harding⁸ para repensar questões epistemológicas. Para essas autoras, as diferenças no campo da experimentação e da interação de cada indivíduo com o mundo levariam a diferentes perspectivas sobre ele e sobre as diversas relações que estabelecemos. Em especial, essas autoras deram atenção ao tema do poder e ao fato da posição social dos sujeitos afetar *como e o que sabem*.

Sob o ponto de vista do conhecimento situado, as experiências vividas por mulheres devem ser consideradas como uma forma de conhecimento. Essas experiências são múltiplas e contribuem ricamente para o campo da epistemologia. Além disso, a posição periférica e marginalizada de grupos de pessoas, como é o caso de inúmeros grupos de mulheres, possibilitaria perceber certos aspectos da realidade social e de seus sujeitos (incluindo aspectos sobre os grupos privilegiados) potencialmente valiosos e potentes para a compreensão dessa realidade e para a superação de problemas existentes.

Rejeitar o androcentrismo das teorias e insistir na valorização das experiências e visões de mundo das mulheres são, sem dúvida, importantes passos para a reelaboração de uma epistemologia que reflita de forma um pouco mais acurada a realidade. Contudo, dadas as recorrentes práticas de exclusão e opressão que marcam a epistemologia hegemônica, mais ferramentas epistêmicas se fazem necessárias. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade, produzido em meio às discussões e produções acadêmicas de mulheres negras tornou-se um

⁴ No início do séc. XX, o sociólogo Lester F. Ward fez referência a uma 'teoria androcêntrica' (*Pure Sociology*. New York: Macmillan, 1903, p. 291-6) existente no campo da biologia e que teria como princípio que o sexo masculino seria o mais importante para variadas espécies, sendo o feminino secundário. Tal princípio também valeria para a sociologia e a antropologia (p. 291). Contudo, foi a escritora e filósofa estadunidense Charlotte Perkins Gilman, em *Our Androcentric Culture, or The Man-Made World* (New York: Charlton, 1911), que usou o termo como um conceito analítico para descrever as práticas de uma sociedade que define a masculinidade como modelo ideal e normativo.

⁵ Lindeman, Hilde. *An invitation to feminist Ethics*. San Francisco: McGraw-Hill, 2006, cap. 2.

⁶ GILLIGAN, Carol. Uma voz diferente, 1982; KELLER, Evelyn Fox. *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University Press, 1985; HARDING, Sandra, *The science question in feminism*. Ithaca London: Cornell University Press, 1996; TUANA, Nancy (ed.). *Feminism and Science*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

⁷ O conhecimento humano seria sempre situado e marcado pelas relações nas quais cada indivíduo se encontra. De igual forma, certas posições sócio-políticas apresentariam uma vantagem epistêmica em relação a outras servindo de ponto de partida para uma produtiva investigação sócio-científica. Esse seria o caso de grupos marginalizados e/ou desprovidos de *status*, como as mulheres.

⁸ CODE, Lorraine. Is the Sex of the Knower Epistemologically Significant? *Metaphilosophy*, vol.12, n. 3-4, 1981, p. 267-276; HARDING, Sandra. Is Gender a Variable in Conceptions of Rationality: A Survey of Issues, *Dialectica*, vol.36, Jan. 1, 1982, p. 225-42.

potente conceito no campo das epistemologias feministas. Kimberle Crenshaw, no final da década de 1980⁹, fez uso da ideia de intersecção para indicar as múltiplas fontes de identidade e opressão vivenciadas por mulheres negras. O conceito de interseccionalidade tornou-se uma ferramenta teórico-metodológica que aponta para a inseparabilidade estrutural do racismo, do patriarcado e do capitalismo, nomeando o que inúmeras outras pensadoras negras denunciavam havia muito¹⁰ e permitindo refletir sobre como e porque algumas diferenças se transformam em desigualdades, criando e recriando hierarquias em determinado contexto e formação histórica.

Além dos conceitos apontados, inúmeros outros são utilizados pelas autoras deste dossiê, como é o caso dos conceitos de *experiência*, *injustiça epistêmica*, *cosmovisão*, *cosmopercepção* e *decolonialidade*, igualmente importantes. Com a ampliação das vozes, temas e problemas levantados pelas mulheres na epistemologia, chegou-se à percepção da necessidade não de *uma* epistemologia feminista geral, mas de *epistemologias feministas*, coparticipes engajadas nas *epistemologias plurais*, das quais consideramos que as epistemologias do sul¹¹, a epistemologia sócio-ambiental¹² e o perspectivismo ameríndio¹³ são aspectos de um mesmo movimento, que procura *ouvir* as vozes sociais e historicamente silenciadas, bem como *ver* a realidade sem as lentes obscurantistas do patriarcado. Dada a valorização dessa pluralidade de vozes e das múltiplas perspectivas para a construção de um conhecimento mais completo, válido e cuja objetividade é fortalecida pelo ponto de vista situado¹⁴, cabendo identificar o viés em pesquisas que se pautam exclusivamente na epistemologia hegemônica.

Para além das especificidades de cada texto apresentado neste dossiê, uma questão social e epistemologicamente relevante é comumente desconsiderada pela epistemologia hegemônica; trata-se da questão da violência. Este tema é explorado, há tempos, nos campos da ética e da política, mas sua relação com a epistemologia nem sempre é evidenciada. Em “*Pode o Subalterno Falar?*” (1988), a filósofa indiana Gayatri Spivak discorre sobre o que chamou de “violência epistêmica”, ou seja, um conjunto de práticas que prejudica a capacidade de um determinado grupo de falar e ser ouvido, promovendo seu silenciamento e mesmo marginalização. Spivak apontou para as práticas de violência epistêmica nos processos de colonização e para a sua perpetuação ao longo do tempo.

No caso das mulheres (em especial de mulheres negras, indígenas, camponesas, com deficiência e sem poder aquisitivo), o silenciamento e a desqualificação das suas experiências e

⁹ No artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1989, n. 1, artigo 8, 1989, disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.

¹⁰ Como é o caso do *Coletivo Combahee River*, da cidade de Nova Iorque, cujo *Manifesto*, de 1977, denunciava os “sistemas interligados de opressão”.

¹¹ O livro “*Epistemologias do sul*”, organizado por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Almedina, 2009) é um excelente ponto de partida para o estudo desta abordagem epistemológica alternativa.

¹² Os livros “*Crítica da razão ambiental: pensamento e ação para a sustentabilidade*”, de Dimas Floriani (Anna Blume, 2013), “*Epistemologia ambiental*” (Cortez, 2002), de Enrique Leff, e “*O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*”, de Alberto Acosta, fornecem uma rica e instigante alternativa para pensar as questões ambientais enfrentadas contemporaneamente.

¹³ Sobre as resistências às violências territoriais e simbólicas vivenciadas por povos colonizados desde o século XVI, desdobrando-se em exploração do trabalho produtivo e reprodutivo humano, bem com na degradação do meio ambiente, com a necessária redefinição das categorias, tais como “natureza” e “cultura”, consultar o texto de Eduardo Viveiros de Castro “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio” (*Mana*, 2, 2, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/F5BtW5NF3KVT4NRnfM93pSs>), bem como as obras de Ailton Krenak, tais como “*Ideias para adiar o fim do mundo*” (Companhia das Letras, 2019) e “*A vida não é útil*” (Companhia das Letras, 2020).

¹⁴ Sobre a “objetividade forte” como critério epistemológico alternativo para as pesquisas científicas, consultar a obra de Sandra Harding “*Objectivity and diversity: another logic of scientific research*” (The University of Chicago Press, 2015).

conhecimentos é algo denunciado e discutido de forma recorrente, há séculos. Patricia Hill Collins é uma autora, dentre muitas autoras negras, que faz uma análise da falta de credibilidade das mulheres pretas nos EUA. Em *Pensamento Feminista Negro*, ela evidencia como essas mulheres são sistematicamente desvalorizadas como sujeitos epistêmicos e com experiências de vida que transformaram o próprio feminismo.

A violência epistêmica abre caminho à violência física e psicológica, dando sustentação às mais variadas práticas violentas, em diferentes níveis e substratos sociais: nas relações afetivas e familiares, nos ambientes de trabalho e de lazer, nos espaços religiosos e universitários, nas fronteiras geopolíticas e culturais, nos contatos com outros grupos humanos e outras espécies. A violência epistêmica sustenta a violência estrutural das práticas policiais e jurídicas, dos currículos escolares e universitários, do mercado e da degradação da natureza, para dar apenas alguns exemplos.

A violência é, pois, um tema que emerge das falas e experiências de mulheres de diferentes lugares, tempos históricos, faixas etárias e grupos sociais. Ela está presente ali onde foram buscar o amor, como aponta o artigo de Vera Martins, “*Amorosas Reflexões: autoestima feminista como disputas narrativas sobre o amor romântico*”, pois podem conduzir a relações tóxicas, com deterioração da saúde mental e física.

A repetição, o ocultamento e a distorção dos fatos são elementos centrais para que certas práticas possam ser estruturadas de forma ampla, ao ponto de serem naturalizadas. Esse é o caso do que foi nomeado pelas feministas como *cultura do estupro*, tema explorado por Patrícia Ketzer no texto “Breves considerações sobre distinção entre sexo e estupro a partir da teoria do ponto de vista”, e que evidencia de forma alarmante o entrelaçamento entre violência epistêmica, práticas culturais, sistema jurídico e intimidade. As distorções resultantes do silenciamento das mulheres e da imposição de certas narrativas sobre a realidade nos levaram ao ponto de nomearmos como sexo o que, na verdade, é estupro. Os danos são inúmeros nesse processo e Ketzer chega a se perguntar sobre certa *incapacitação epistêmica* em funcionamento que, tanto no campo da sexualidade quanto no campo jurídico, poderia resultar na indiferenciação entre estupro e relação sexual consentida, implicada, igualmente, no descrédito do testemunho feminino em casos de agressão sexual.

A violência estrutural também surge no texto “A epistemologia à nu”, de Susana de Castro e Caroline Marim, que discutem a forma como o pensamento racionalista moderno eliminou o corpo e as mulheres como fonte de conhecimento, instituindo o homem branco europeu como o sujeito universal. Esse processo foi acompanhado do extermínio de populações não-brancas e da repressão de suas crenças e práticas culturais. Uma opressão sistêmica foi implementada e segue em funcionamento nos currículos utilizados por nós em nossos espaços de produção e reprodução de conhecimento.

É preciso repensar o significado que atribuímos à racionalidade e fomentar as epistemologias plurais, em especial, quando derivam da epistemologia hegemônica práticas androcêntricas, racistas e especistas. É preciso desenvolver abordagens alternativas que permitam dar visibilidade e ouvir os até então silenciados, como defendem Daniela Rosendo, Maria Alice Silva e Tânia Aparecida Kuhnen, no texto “Ouvir os animais: contribuições epistemológicas para o *quilt* ecofeminista”, e Halina Leal em “Pensamento Feminista Negro e epistemologia segundo Patricia Hill Collins”, assim como a resenha de Amanda Dourado sobre o livro “Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais” (Ape’Ku, 2019).

É preciso reapropriar-se do passado, como faz Janyne Sattler com “Trotula de Ruggiero: corp(u)s epistêmicos e a destreza do esquecimento” e também identificar formas de reação, como no texto de Gigliola Mendes “Sobre os próprios pés: danças, feminismos e rebeldias na forma-ação política das mulheres”. A reapropriação também se aplica às novas tecnologias

considerando a reflexão sobre o corpo ciborgue, do texto “Sobre a possibilidade de superação de dualismos: o caso da filosofia ciborgue”, de Débora Aymoré, mesmo que ainda existam práticas coloniais, tais como as identificadas pelo feminismo des-colonial expresso no texto “Da epistemologia da transparência à ontoepisteme da opacidade”, de Elzahrã Osman.

Ao final deste texto de introdução do dossiê de Epistemologias Feministas, publicado na revista PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), gostaríamos de agradecer, de modo especial, às autoras, que trabalharam em suas pesquisas em condições excepcionais, cujo período está marcado pela emergência sanitária internacional da pandemia COVID-19, bem como por suas contribuições que, individual e coletivamente, enriquecem as epistemologias feministas. Agradecemos também ao editor da Revista PRACS/UNIFAP, Dr. David Junior Souza Silva, pelo incentivo ao desenvolvimento das epistemologias feministas e pela atenciosa colaboração nesta publicação.

As Organizadoras